

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de S. Paulo Class.: 03

Data 09/09/71 Pg.: _____

Incra insiste em colonizar

Do enviado especial

A quantia que está sendo empregada na colonização da Amazônia — 200 milhões de cruzeiros — corresponde a um quarto do orçamento anual do Ministério da Agricultura. "Com esse dinheiro — afirma Francisco de Moura Cavalcanti, presidente do INCRA, que no dia 1.º de setembro visitou os núcleos coloniais de Altamira, juntamente com o ministro Cirne Lima — o governo não só pretende levar avante a conquista da região, mas aliviar a carga demográfica de outras densamente povoadas, como a Zona da Mata no Nordeste, e, o que é muito importante, a absorver a mão-de-obra não especializada dispensada pelos Estados industrializados do Sul".

Esta é uma política que o ministro Cirne Lima não chega a endossar: "Colonização e reforma agrária — diz ele — não são absolutamente a mesma coisa". De qualquer modo, com ou sem posição definida, 100 mil dos dois milhões de famílias excedentes que hoje vivem no Nordeste e em outras regiões do País, em breve deverão receber o convite do INCRA para colonizar a Amazônia. Conforme informação de Francisco Cavalcanti, durante um período de quatro a cinco anos o governo pretende instalá-los ao longo da Transamazônica nas comunidades conhecidas como agrovilas.

As agrovilas

Projetadas para colonizar e

justificar, sob o ponto de vista sócio-econômico, os enormes recursos despendidos pelo governo na construção da Transamazônica, as agrovilas, como os próprios técnicos do INCRA expuseram ao ministro Cirne Lima, poderão dar ao Brasil a fórmula definitiva de colonização do Norte do País. Segundo Francisco Pankow, assistente da Presidência do INCRA e que hoje vive em Altamira, dentro de alguns anos 50 mil famílias estarão instaladas ao longo de Marabá, Jatobá, Altamira e Itaituba, num trecho de 800 quilômetros.

"Como teremos que ocupar também o interior e não apenas as margens da estrada — explica Pankow — além dos lotes na extensão do leito principal da Transamazônica, o plano prevê a construção de estradas transversais, nas quais, de dez em dez quilômetros, serão distribuídos lotes de 100 hectares, ou seja, terrenos com 500 metros de frente por 2.000 de fundo.

Os agricultores, segundo o plano, não morarão em suas terras: para dar sentido comunitário e facilitar a integração sócio-econômica das 45 famílias que formam as agrovilas, cada dono de um lote ficará a uma distância de no mínimo três e de no máximo oito quilômetros de suas terras. "Com isto — diz Pankow — todas as famílias ficarão reunidas num mesmo núcleo, onde haverá escolas, cinemas, hospitais e todos os equipamentos que tornarão as agrovilas viáveis sob o ponto de vista econômico e social.

Reserva florestal

No plano está incluída exigência do governo de que 50 dos 100 hectares deverão ser conservados como reserva florestal e dez hectares serão usados para a plantação de árvores típicas da região. Os restantes 40 hectares poderão ser usados à vontade do colono.

Segundo Pankow, a reunião de 1.000 famílias — supondo-se que as agrovilas deverão crescer — formarão núcleos chamados "agrópolis", distantes 40 quilômetros uns dos outros. Nas "agrópolis" haverá indústrias que beneficiarão a produção da agrovila. Depois disso, supondo ainda um crescimento maior, surgirão as "rurópolis", comunidades rurais sem limites, que reunirão várias "agrópolis". "Aí então — diz Pankow — a Amazônia já não constituirá um problema, ela estará ocupada e servindo aos brasileiros".

Esta é a penúltima de uma série de reportagens sobre a situação dos colonos na Transamazônica.